



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

*Ver. Alexandre Júnior*  
*Presidente*  
*30/12/10*

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 052, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO-PA, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

CAPÍTULO I  
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

**Art. 1º** - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º - Ressalvadas as exceções expressas na lista de serviços, sobre os serviços nela mencionados incide o imposto, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º - O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º - A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado, nem do resultado financeiro do exercício da atividade e nem do pagamento ou não do preço do serviço.

**Art. 2º** - O imposto não incide sobre:

- I – as exportações de serviços para o exterior do País;
- II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

**Parágrafo único** - Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Município, cujo resultado nele se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

*Wari*





ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

**Art. 3º** - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no Município de Redenção, quando nele se localizar o estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, quando o prestador estiver nele domiciliado e, ainda, nas seguintes hipóteses:

- I – quando o estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço localizar-se neste Município, ou, na falta de estabelecimento, se o tomador estiver nele domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei;
- II – instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista de serviços;
- III – execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços;
- IV – demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços;
- V – edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços;
- VI – varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços;
- VII – limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços;
- VIII – decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços;
- IX – controle e tratamento do efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços;
- X – florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços;
- XI – serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista de serviços;
- XII – limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista de serviços;
- XIII – se o bem estiver guardado ou estacionado neste Município, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços;
- XIV – quando os bens ou as pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços, estiverem respectivamente, localizados ou domiciliadas neste Município;
- XV – armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços;
- XVI – serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços;
- XVII – transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista de serviços;

*Wari*





ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

- XVIII – quando do tomador da mão-de-obra estiver domiciliado neste Município, ou aqui se encontrar seu estabelecimento, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços;
- XIX – quando forem realizados neste Município feira, exposição, congresso ou congênera a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista de serviços;
- XX – quando o porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário localizar-se neste Município, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços.

§ 1º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto neste Município, quando nele houver extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto neste Município, caso haja em seu território extensão de rodovia explorada.

**Art. 4º** - Considera-se estabelecimento prestador, o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

**Parágrafo Único** - Indica a existência de estabelecimento prestador a conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:

- I – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à manutenção dos serviços;
- II – estrutura organizacional ou administrativa;
- III – inscrição nos órgãos previdenciários;
- IV – indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
- V – permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividades de prestação de serviços, exteriorizada por elementos tais como:
  - a) indicação do endereço em imprensa, formulários ou correspondência;
  - b) locação de imóvel;
  - c) realização de propaganda ou publicidade no Município ou com referência a ele;
  - d) fornecimento de energia elétrica em nome do prestador ou seu representante.

**Art. 5º** - A lei poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte, ou atribuindo-a a este em caráter supletivo, do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.





ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

§ 1º - Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, são responsáveis:

- I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
- II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 16.01, 17.05 e 17.10 da lista de serviços.
- III – Em caráter supletivo, a pessoa física ou jurídica que tenha prestado os serviços relacionados no inciso II deste parágrafo.

**Art. 6º** - Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre Serviços:

- I – quando a base de cálculo for o preço do serviço, no momento da prestação;
- II – quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, no primeiro dia seguinte ao de início da atividade, e nos exercícios subsequentes, no primeiro dia de cada ano.

**CAPÍTULO II  
DA BASE DE CÁLCULO**

**SEÇÃO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 7º** - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

**Parágrafo Único** - Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista de serviços forem prestados no território deste Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no Município.

**Art. 8º** - Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente sem quaisquer deduções, ainda que a título de frete, despesa ou imposto.

§1º - Incluem-se na base de cálculo quaisquer valores percebidos pela prestação do serviço, inclusive os decorrentes de acréscimos contratuais, multas ou outros que onerem o preço do serviço.

§2º - Para os efeitos deste artigo, considera-se preço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza.

*Handwritten signature*







ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

§3º - Os descontos ou abatimentos concedidos sob condição integram o preço do serviço, quando previamente contratados.

§4º - Os valores despendidos direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, co-participação ou demais formas da espécie, constituem parte integrante do preço.

§5º - Incluem-se também na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviço, inclusive as relacionadas com a retenção periódica de valores recebidos.

§6º - A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica inclusão, na base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção de financiamento, ainda que cobrados em separado.

§7º - Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante de sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

§8º - Na falta de preços, será tomado como base de cálculo o valor cobrado dos usuários ou contratantes de serviços similares.

Art. 9º - No caso de estabelecimento que represente, sem faturamento, empresa do mesmo titular, sediada fora do Município, a base de cálculo compreenderá, no mínimo, todas as despesas necessárias à manutenção desse estabelecimento.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo não ilide a tributação pelo exercício de atividade de prestação de serviços no território do Município, segundo as regras gerais.

Art. 10 - O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais mera indicação para fins de controle e esclarecimento do usuário do serviço.

**Parágrafo único** - O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo.

Art. 11 - Está sujeito ainda ao ISS, o fornecimento de mercadorias na prestação de serviços constantes da lista de serviços, salvo as exceções previstas nela própria.

Art. 12 - Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do serviço para cálculo do imposto será o preço corrente, na praça, desses serviços ou mercadorias.

Art. 13. Nas demolições, inclui-se nos preços dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro ou em materiais provenientes do desmonte.

*Wari*





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

SEÇÃO II  
DAS DEDUÇÕES DA BASE DE CÁLCULO

**Art. 14** - Na prestação dos serviços referentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei, não se inclui na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços, desde que devidamente comprovado por documentação fiscal ou outro documento hábil equivalente;

**Parágrafo Único** - Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se materiais os produtos *in-natura* ou simplesmente beneficiados, sem nenhum processo de industrialização, tais como areia, barro, brita, pedra, seixo, cal bruta e outros assemelhados, empregados nas obras de construção civil.

**Art. 15** - Na execução de obras por incorporação imobiliária, quando o construtor cumular sua condição com a de proprietário promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais a base de cálculo será o valor do financiamento (ou do empreendimento), incidindo imposto sobre 30% (trinta por cento) das parcelas efetivamente recebidas.

**Art. 16.** O Poder Executivo disciplinará em regulamento o controle, a operacionalidade e a forma de usufruir as disposições desta seção.

SEÇÃO III  
DA BASE DE CÁLCULO FIXA

**Art. 17** - Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio dos valores fixos, constantes da Tabela anexa a esta Lei, referentes à receita tributável mensal.

**Parágrafo Único** - Para os efeitos do *caput*, considera-se trabalho pessoal do próprio contribuinte aquele, material ou intelectual, prestado por pessoa física, sem colaboração de terceiros ou de máquinas, equipamentos ou veículos, não o desqualificando nem descaracterizando a participação de quem colabora na produção do trabalho praticando apenas atividades acessórias ou auxiliares, não integrantes da essência do serviço.

**Art. 18** - Quando se tratar de prestação de serviços de diversão pública, na modalidade de jogos em aparelhos, máquinas ou equipamentos, mediante a venda de fichas, o imposto poderá ser pago a critério da autoridade administrativa, através de valor fixo, em razão do número de aparelhos utilizados no estabelecimento.

CAPÍTULO IV  
DAS ALÍQUOTAS

**Art. 19** - O Imposto Sobre Serviços é devido em conformidade com as alíquotas e valores estabelecidos na Tabela anexa a esta Lei.







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

CAPÍTULO V  
DO SUJEITO PASSIVO

SEÇÃO I  
DO CONTRIBUINTE

Art. 20. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

§1º - Considera-se prestador do serviço toda pessoa física ou jurídica que preste, em caráter permanente ou eventual, quaisquer das atividades referidas na lista de serviços, constante da Tabela anexa a esta Lei.

§2º. Para os efeitos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, entende-se por:

- I – profissional autônomo, toda pessoa física que fornecer o próprio trabalho, sem vínculo empregatício;
- II – empresa:
  - a) toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade prestadora de serviço, inclusive as organizadas sob a forma de cooperativas;
  - b) toda pessoa física ou jurídica, não incluída na alínea anterior, que instituir empreendimento para serviço com interesse econômico;
  - c) o condomínio que prestar serviços a terceiros.

§3º - São isentos do imposto os serviços:

- I – Prestados na forma de trabalho pessoal por pessoas físicas que se dediquem a atividades individuais de pequeno rendimento;
- II – De diversões públicas com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade, mediante parecer do Órgão Municipal de Educação e Cultura ou, na falta deste, por órgão similar, e por meio de despacho fundamentado do Secretário de Fazenda.

§4º - Para os efeitos do inciso I, do § 3º, considera-se atividade individual de pequeno rendimento a prestação de serviço realizada por meio de trabalho pessoal do próprio contribuinte, cujos valores fixos constantes da Lista de Serviços anexa a esta Lei sejam inferiores a R\$ 1.000,00.

§5º - Enquadram-se também nas atividades individuais de pequeno rendimento, apenas para efeito do § 3º, os taxistas e mototaxistas que sejam arrendatários ou proprietários de um só veículo de aluguel, dirigido por eles próprios, sem qualquer auxiliar ou associado.

SEÇÃO II  
DO RESPONSÁVEL

Art. 21 - São solidariamente obrigados, perante a Fazenda Municipal, quanto ao imposto relativo aos serviços em que forem parte, aqueles que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.





ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

§1º - A obrigação solidária é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária.

§2º - A solidariedade não comporta benefício de ordem, podendo, entretanto, o sujeito passivo, atingido por seus efeitos, efetuar o pagamento do imposto incidente sobre o serviço antes de iniciado o procedimento fiscal.

**Art. 22** - São também solidariamente responsáveis com o prestador do serviço:

- I – o proprietário do estabelecimento ou veículo de aluguel para frete ou de transporte coletivo no território do Município;
- II – o proprietário da obra;
- III – o proprietário ou seu representante que ceder dependência ou local para a prática de jogos e diversões;
- IV – os construtores, empreiteiros principais e administradores de obras hidráulicas, de construção civil de reparação de edifícios, estradas, logradouros, pontes e congêneres, pelo imposto relativo aos serviços prestados por sub-empresiteiros estabelecidos ou não no Município;
- V – os administradores de obras, pelo imposto relativo à mão-de-obra, inclusive de sub-contratadas, ainda que o pagamento dos serviços seja feito diretamente pelo dono da obra contratante;
- VI – os titulares de direitos sobre prédios ou os contratantes de obras e serviços, se não identificarem os construtores ou os empreiteiros de construção, reconstrução, reforma, reparação ou acréscimo desses bens pelo o imposto devido pelos construtores ou empreiteiros;
- VII – os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos instalados, pelo imposto devido pelos locatários estabelecidos no Município e relativo à exploração desses bens;
- VIII – os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas, aparelhos e equipamentos, pelo imposto devido, pelos respectivos proprietários não estabelecidos no Município e relativo à exploração desses bens;
- IX – os que permitirem em seus estabelecimentos ou domicílios exploração de atividade tributável sem estar o prestador do serviço inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido sobre essa atividade;
- X – os que efetuarem pagamentos de serviços a terceiros não identificados, pelo imposto cabível nas operações;
- XI – os que utilizarem serviços de empresas, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores documentos fiscal idôneo;
- XII – os que utilizarem serviços de profissionais autônomos, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores prova de quitação fiscal ou de inscrição;
- XIII – as empresas administradoras de cartão de crédito, pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços prestados pelos estabelecimentos filiados localizados no Município, quando pagos através de cartão de crédito por elas emitidos;
- XIV – as companhias de aviação, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às agências de viagens e operadoras turísticas, relativas às vendas de passagens áreas.





ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

§1º - A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante o pagamento do imposto, calculado e retido na forma prevista nesta lei.

§2º - A responsabilidade prevista é inerente a todas as pessoas, físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou por isenção tributária.

**SEÇÃO III  
DA RETENÇÃO DO ISS**

**Art. 23** - O imposto será retido na fonte e recolhido diretamente pelo tomador do serviço, mesmo que este seja beneficiário de imunidade ou isenção, quando:

- I – O prestador do serviço não emita, sendo obrigado a fazê-lo, o documento fiscal correspondente, no qual contenha, no mínimo, seu nome, endereço e número da inscrição municipal;
- II – O serviço for prestado em caráter pessoal e o prestador não apresentar comprovante de inscrição municipal e prova de quitação do imposto referente ao mês anterior ao da prestação do serviço;
- III – O prestador do serviço alegar e não comprovar imunidade ou isenção.

§ 1º - Para efeitos de retenção na fonte, o Imposto será calculado mediante a aplicação, sobre o preço do serviço, da alíquota estabelecida para a atividade.

§2º - Ficam excluídos da retenção, a que se refere este artigo, os serviços prestados por profissional autônomo que comprovar a inscrição no Cadastro de Contribuinte de qualquer Município, cujo regime de recolhimento do ISS seja fixo mensal.

§3º - No caso deste artigo, se a fonte pagadora comprovar que o prestador já recolheu o imposto devido pela prestação dos serviços, cessará a responsabilidade da fonte pelo pagamento do imposto.

**Art. 24** - Os tomadores de serviços que realizarem a retenção do ISS, fornecerão ao prestador de serviço recibo de retenção na fonte do valor do imposto e ficam obrigados a enviar à Fazenda Municipal as informações, objeto da retenção do ISS, no prazo estipulado em regulamento.

**Art. 25** - Os contribuintes do ISS registrarão, no livro de registro de notas fiscais de serviços prestados ou nos demais controles de pagamento, os valores que lhe foram retidos na fonte pagadora, tendo por documento hábil o recibo a que se refere o artigo anterior.

**CAPÍTULO VI  
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

**Art. 26** - Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não do imposto, ou dele isentas, que de qualquer modo participem direta ou indiretamente de operações relacionadas com a prestação de serviços estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações deste título e das previstas em regulamento.





ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

**Art. 27** - As obrigações acessórias constantes deste título e do regulamento não excetuam outras de caráter geral e comuns a vários tributos previstos na legislação própria.

**Art. 28** - O contribuinte poderá ser autorizado a se utilizar de regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, observado o disposto em regulamento.

**CAPÍTULO VII**  
**DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO MOBILIÁRIO**

**Art. 29** - Todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades constantes da lista de serviços prevista nesta Lei, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro Mobiliário do Município.

**Parágrafo Único** - A inscrição no cadastro a que se refere este artigo será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma estipulada em regulamento, nos seguintes prazos:

- I – até 30 (trinta) dias após o registro dos atos constitutivos no órgão competente, no caso de pessoa jurídica;
- II – antes do início da atividade, no caso de pessoa física.

**Art. 30** - As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam sua aceitação pela Fazenda Municipal, que as poderá rever a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

**Parágrafo Único** - A inscrição, alteração ou retificação de ofício não eximem o infrator das multas cabíveis.

**Art. 31** - A obrigatoriedade da inscrição se estende às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

**Art. 32** - O contribuinte é obrigado a comunicar o encerramento ou a paralisação da atividade no prazo e na forma do regulamento.

**§1º** - Em caso de deixar o contribuinte de recolher o imposto por mais de 2 (dois) anos consecutivos e não ser encontrado no domicílio tributário fornecido para tributação, a inscrição e o cadastro poderão ser baixados de ofício na forma que dispuser o regulamento.

**§2º** - A anotação de encerramento ou paralisação de atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

**Art. 33** - É facultado à Fazenda Municipal promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante notificação, fiscalização e convocação por edital dos contribuintes.







ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

CAPÍTULO VIII  
DAS DECLARAÇÕES FISCAIS

**Art. 34** - Além da inscrição e respectivas alterações, o contribuinte fica sujeito à apresentação de quaisquer declarações de dados, na forma e nos prazos que dispuser o regulamento.

CAPÍTULO IX  
DO LANÇAMENTO

SEÇÃO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 35** - O lançamento será feito a todos os contribuintes sujeitos ao Imposto Sobre Serviços, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, tendo como base os dados constantes no Cadastro Mobiliário de Contribuintes.

**Art. 36** - O lançamento do Imposto Sobre Serviços será feito:

- I – mediante declaração do próprio contribuinte;
- II – de ofício, quando calculado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes que independam do preço do serviço, a critério da autoridade administrativa;
- III – de ofício, quando em consequência do levantamento fiscal ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto, podendo ser lançado, a critério da autoridade administrativa, através de notificação ou por auto de infração.

**Parágrafo único.** Quando constatada qualquer infração tributária prevista nesta lei, o lançamento da multa pecuniária se dará por auto de infração.

**Art. 37.** O preço de determinados serviços poderá ser fixado pela autoridade competente, da seguinte forma:

- I – em pauta que reflita o corrente na praça;
- II – mediante estimativa;
- III – por arbitramento nos casos especificamente previstos.

SEÇÃO II  
DA ESTIMATIVA

**Art. 38** - O valor do imposto poderá ser fixado pela autoridade administrativa, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

- I – quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
- II – quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
- III – quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação;
- IV – quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades, aconselhem tratamento fiscal específico, a exclusivo critério da autoridade competente.

*W. Mariz*





ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

§1º - No caso do inciso I deste artigo, consideram-se provisórias as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

§2º - Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antecipadamente, sob pena de inscrição em dívida ativa e imediata execução judicial.

**Art. 39** - Para a fixação da base de cálculo estimada, a autoridade competente levará em consideração, conforme o caso:

- I – o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
- II – o preço corrente dos serviços;
- III – o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;
- IV – a localização do estabelecimento;
- V – as informações do contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidade de classe, diretamente vinculadas à atividade.

§1º. A base de cálculo estimada poderá, ainda, considerar o somatório dos valores das seguintes parcelas:

- a) o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
- b) folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
- c) aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou, quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos, computado ao mês ou fração;
- d) despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.

§2º - O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá, a critério da autoridade competente, ser feito individualmente, por categorias de contribuintes e grupos ou setores de atividade.

§3º - Quando a estimativa tiver fundamento na localização do estabelecimento, prevista no inciso IV, o sujeito passivo poderá optar pelo pagamento do imposto de acordo com o regime normal.

§4º - A aplicação do regime de estimativa independe do fato de se encontrar o contribuinte sujeito a possuir escrita fiscal.

§5º - Poderá, a qualquer tempo e a critério da autoridade fiscal, ser suspensa a aplicação do regime de estimativa, de modo geral ou individual, bem como rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as prestações subsequentes à revisão.

**Art. 40** - O valor da estimativa será sempre fixado para período determinado e servirá como limite mínimo de tributação.

**Art. 41** - Independente de qualquer procedimento fiscal, sempre que o preço total dos serviços exceder o valor fixado pela estimativa, fica o contribuinte obrigado a recolher o imposto pelo movimento econômico real apurado.

*Waxi*





ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

**Art. 42** - O valor da receita estimada será automaticamente corrigido nas mesmas datas e proporções em que ocorrer reajuste ou aumento do preço unitário dos serviços.

**Art. 43** - Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórias, conforme dispuser o regulamento.

**Art. 44** - Findo o exercício ou o período a que se refere a estimativa ou, ainda, suspensa a aplicação deste regime, apurar-se-ão as receitas da prestação de serviços e o montante do imposto devido pelo contribuinte. Verificada qualquer diferença entre o imposto estimado e o efetivamente devido, deverá ser recolhida no prazo previsto em regulamento.

**SEÇÃO III  
DO ARBITRAMENTO**

**Art. 45** - Independentemente da aplicação das sanções previstas neste Código, a base de cálculo do imposto será arbitrada com base nos preços de mercado quando, cumulativamente ou não:

- I – o sujeito passivo não possuir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas, principalmente nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais de utilização obrigatória;
- II – o sujeito passivo, depois de intimado, deixar de exhibir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas;
- III – serem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não mereçam fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo, ou quando estes não possibilitem a apuração da receita;
- IV – existência de atos qualificados como crimes ou contravenções ou, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação; evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;
- V – não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé;
- VI – exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;
- VII – prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;
- VIII – flagrante insuficiência do imposto pago em face do volume dos serviços prestados;
- IX – serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.

**Parágrafo Único** - O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

**Art. 46** - Quando o imposto for calculado sobre a receita bruta arbitrada, poderá o fisco considerar:

*Wax:*



ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

- I – os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo sujeito passivo em outros exercícios, ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;
- II – as peculiaridades inerentes à atividade exercida;
- III – os fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo;
- IV – o preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração.

§1º - A receita bruta arbitrada poderá ter ainda como base de cálculo, o somatório dos valores das seguintes parcelas:

- a) o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
- b) folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
- c) aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos computado ao mês ou fração;
- d) despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.
- e)

§2º - Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.

**CAPÍTULO X  
DO PAGAMENTO**

**Art. 47 -** O Imposto Sobre Serviços será recolhido:

- I – por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, no caso de auto-lançamento, de acordo com modelo, forma e prazos estabelecidos pelo Fisco;
- II – por meio de notificação de lançamento, emitida pela repartição competente, nos prazos e condições constantes da própria notificação.

§1º - No caso de notificação de lançamento, o pagamento deverá ser efetuado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da entrega da notificação ao contribuinte.

§2º - É facultado ao Fisco, tendo em vista a regularidade de cada atividade, adotar outra forma de recolhimento, determinando que se faça antecipadamente, operação por operação, ou por estimativa em relação aos serviços de determinado período.

§3º - Nos meses em que não registrar movimento econômico, o sujeito passivo deverá comunicar, em guia própria, a inexistência de receita tributável em cada mês ou período de incidência do imposto.

**Art. 48 -** No ato da inscrição e encerramento, o recolhimento do tributo será proporcional à data da respectiva efetivação da inscrição ou encerramento da atividade.







ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

**Art. 49** - A retenção será correspondente ao valor do imposto devido e deverá ocorrer no ato do pagamento da prestação do serviço, fazendo-se o recolhimento aos cofres da Fazenda Pública Municipal, na forma e nos prazos que o Poder Executivo estabelecer em regulamento.

**Parágrafo Único** - A falta da retenção do imposto implica em responsabilidade do pagador pelo valor do imposto devido, além das penalidades previstas nesta lei.

**Art. 50** - Nas obras por administração e nos serviços cujo faturamento dependa da aprovação pelo contratante da medição efetuada, o mês de competência será o seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

**CAPÍTULO XI  
DA ESCRITURAÇÃO FISCAL**

**Art. 51** - Os contribuintes sujeitos ao imposto são obrigados a:

- I – manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados;
- II – emitir notas fiscais dos serviços prestados, ou outro documento exigido pelo Fisco, por ocasião da prestação de serviços.

§1º - O regulamento disporá sobre a dispensa da manutenção de determinados livros e documentos, tendo em vista a natureza dos serviços.

§2º - Os prestadores de serviços ficam obrigados a descrever na nota de prestação de serviços a base de cálculo, a alíquota e o valor do ISS.

**Art. 52** - Os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos, a serem obrigatoriamente utilizados pelos contribuintes, serão definidos em regulamento.

**CAPÍTULO XII  
DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO  
AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS**

**Art. 53** - O procedimento fiscal relativo ao Imposto Sobre Serviços terá início com:

- I – a lavratura do termo de início de fiscalização;
- II – a notificação e/ou intimação de apresentação de documento;
- III – a lavratura do auto de infração;
- IV – a lavratura de termos de apreensão de mercadorias, livros ou documentos fiscais;
- V – a prática, pela Administração, de qualquer ato tendente à apuração do crédito tributário ou do cumprimento de obrigações acessórias, cientificando o contribuinte.

§1º - O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo, desde que devidamente intimado, em relação aos atos acima e, independentemente da intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.



ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

§2º - O ato referido no inciso I valerá por 90 (noventa) dias, prorrogável por até mais 02 (dois) períodos sucessivos, com qualquer ato escrito que indique o prosseguimento da fiscalização.

§3º - A exigência do crédito tributário, inclusive multas, será formalizada em notificação de lançamento ou auto de infração, que conterão os requisitos especificados nesta lei.

**CAPÍTULO XIII**  
**DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**Art. 54** - Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em inobservância, por parte da pessoa física ou jurídica, de normas estabelecidas por esta lei ou em regulamento ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

**Parágrafo Único** - A responsabilidade por infrações independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**Art. 55** - As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:

- I – multa de importância igual a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) ou valor equivalente, no caso de falta de comunicação da inexistência de receita tributável no prazo previsto para recolhimento do tributo;
- II – multa de importância igual a R\$ 200,00 (duzentos reais), nos casos de:
  - a) não comparecimento à repartição própria do Município para solicitar inscrição no cadastro de atividades econômicas ou anotação das alterações ocorridas;
  - b) inscrição ou alteração, comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência de ramo de atividade, após o prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ocorrência do evento;
- III – multa de importância igual a 20% (vinte por cento) do valor do imposto relativo ao mês anterior ao da lavratura do auto de infração, nos casos de:
  - a) falta de livros e documentos fiscais;
  - b) falta de autenticação de livros e documentos fiscais;
  - c) uso indevido de livros e documentos fiscais;
  - d) dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;
  - e) falta de número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais;
  - f) escrituração atrasada ou em desacordo com o regulamento;
  - g) falta, erro ou omissão de declaração de dados.
- IV – multa de importância igual a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto relativo ao mês anterior ao da lavratura do respectivo auto de infração, nos casos de:
  - a) falta de emissão de nota Fiscal ou outro documento admitido pela Administração;
  - b) recusa de exibição de livros, notas e documentos fiscais, ou de prestação de esclarecimentos e informações de interesse do fisco;
  - c) retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais, exceto nos casos previstos em regulamento.

*Wari*







ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

- V – multa de importância igual a 30% (trinta por cento) do valor do imposto relativo ao mês anterior ao da lavratura do respectivo auto de infração, nos casos de:
- a) impressão de documentos fiscais sem autorização prévia da Administração Tributária, aplicável ao impressor e ao usuário;
  - b) impressão de documentos fiscais em desacordo com os modelos aprovados aplicável ao impressor e ao usuário;
  - c) fornecimento, posse ou guarda de documentos fiscais quando falsos, aplicável ao impressor e ao usuário;
  - d) inutilização, extravio, perda ou não conservação de livros e documentos por 05 (cinco) anos, não comunicada na forma da lei;
  - e) falta de apresentação de informação econômico-fiscal de interesse da Administração Tributária;
  - f) adulteração e outros vícios que influenciem a apuração de crédito fiscal, por período de apuração.
- VI – multa de importância igual a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das seguintes ações, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:
- a) emissão e expedição de nota fiscal ou outro documento, previsto em lei, com duplicidade de numeração em bloco diverso;
  - b) preço diferente ou diverso nas vias da nota fiscal de mesma numeração e série;
  - c) declaração, no documento fiscal, de preço inferior ao valor real da operação;
  - d) utilização de notas fiscais sem a devida autorização da repartição fiscal competente;
  - e) utilização de notas fiscais com prazo de validade vencido;
  - f) adulteração de livros e documentos fiscais que resultem ou possam resultar em falta de recolhimento de tributos.
- VII – multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto, no caso de não retenção devida, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- VIII – multa de importância igual a 150% (cento e cinquenta por cento) do imposto, no caso de falta de recolhimento do imposto retido, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- IX – multa equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o valor do imposto devido, em caso de comunicação falsa em documento de arrecadação da inexistência de movimento tributável, sem prejuízo das demais cominações legais;
- X – multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto, em caso de não recolhimento, no todo ou em parte, do imposto devido.

**Parágrafo Único** - Nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e V, caso o contribuinte não tenha tido movimento econômico-tributável no mês anterior, aplicar-se-á a média destes, apurada nos 6 (seis) últimos meses.

**Art. 56** - Os contribuintes infratores, após o devido processo fiscal-administrativo, poderão ser declarados devedores remissos e proibidos de transacionar a qualquer título com a Administração Pública Municipal, inclusive com suas Autarquias e Fundações.

§1º - A proibição de transacionar compreende a participação em licitação pública, bem como a celebração de contrato de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

§2º - A declaração de devedor remisso será feita, decorridos 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da decisão condenatória no processo fiscal-





ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

administrativo, desde que o contribuinte infrator não tenha feito prova da quitação do débito ou não ajuíze ação judicial para anulação do crédito tributário.

**Art. 57** - O contribuinte que, repetidamente, cometer infração às disposições da presente Lei poderá ser submetido, por ato do Secretário Municipal da Fazenda, a sistema especial de controle e fiscalização, conforme definido em regulamento.

**Art. 58** - Os débitos para com a Fazenda Municipal serão atualizados nos mesmos moldes utilizados pela União para com os seus devedores, até a data do seu efetivo pagamento, mediante aplicação dos coeficientes utilizados pelo Governo Federal para atualização de seus créditos.

**Parágrafo Único** - Em havendo extinção ou substituição dos mecanismos utilizados pela União para com seus créditos, proceder-se-á de maneira idêntica com relação aos créditos do Município, no que se refere à atualização monetária.

**Art. 59** - A reincidência em infração da mesma natureza será punida com multa em dobro, acrescida de 20% (vinte por cento) a cada nova reincidência.

**§1º** - Caracteriza reincidência a prática de nova infração de um mesmo dispositivo da legislação tributária pelo mesmo contribuinte, dentro de 5 (cinco) anos a contar da data do pagamento da exigência ou do término do prazo para interposição da defesa ou da data da decisão condenatória irrecorrível na esfera administrativa, relativamente à infração anterior.

**§2º** - O contribuinte reincidente poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.

**Art. 60** - No concurso de infrações, as penalidades poderão ser aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

**Parágrafo Único** - No caso de enquadramento em mais de um dispositivo legal de uma mesma infração tributária será aplicada a de maior penalidade.

#### CAPÍTULO XIV

#### DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

**Art. 61.** A prova de quitação do Imposto Sobre Serviços é indispensável para:

- I – a expedição do visto de conclusão (*habite-se*) de obras de construção civil;
- II – o recebimento de obras e/ou serviços contratados com o município.

**Art. 62** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei Complementar.







ESTADO DO PARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

**Parágrafo Único** - A Secretaria Municipal de Fazenda orientará a aplicação da presente Lei Complementar, expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

**Art. 63** - Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 64** - Esta Lei Complementar passa a constituir o Capítulo V da Lei Complementar 033/2009 (Código Tributário do Município), da qual passa a fazer parte integrante.

**Art. 65** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as da Lei Complementar Municipal nº 23, de 3 de novembro de 2003.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO-PA**, aos 30 dias do mês de dezembro do ano de 2010.

**WAGNER FONTES**  
*Prefeito Municipal*





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

ANEXO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 052/2010

TABELA  
ISSQN - Lista de Serviços Tributáveis

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Receita mensal (em R\$)	Alíquota (%)
<b>1 – Serviços de informática e congêneres.</b>		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	2.000,00	5
1.02 – Programação.	2.000,00	5
1.03 - Processamento de dados e congêneres.	*	5
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	2.000,00	5
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	*	5
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	2.000,00	5
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	2.000,00	5
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	2.000,00	5
<b>2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.</b>		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2.000,00	5
<b>3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.</b>		
3.01 – Locação de bens móveis.	vetado	vetado
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	*	5
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	*	5
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	*	5
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	*	5
<b>4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.</b>		
4.01 – Medicina e biomedicina.	4.000,00	5
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	*	5
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	*	5
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	2.000,00	5
4.05 – Acupuntura.	4.000,00	5
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2.000,00	5
4.07 – Serviços farmacêuticos.	2.000,00	5
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2.000,00	5
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	2.000,00	5
4.10 – Nutrição.	2.000,00	5
4.11 – Obstetrícia.	3.000,00	5
4.12 – Odontologia.	3.000,00	5





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

4.13 – Ortopática.	2.000,00	5
4.14 – Próteses sob encomenda.	2.000,00	5
4.15 – Psicanálise.	3.000,00	5
4.16 – Psicologia.	3.000,00	5
4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	*	5
4.18 – Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.		5
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	*	5
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	*	5
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	*	5
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	*	5
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	*	5
<b>5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.</b>		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	4.000,00	5
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	*	5
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	*	5
5.04 – Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.	2.000,00	5
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	*	5
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	*	5
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	*	5
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	600,00	5
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	*	5
<b>6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.</b>		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	600,00	5
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	600,00	5
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	600,00	5
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	*	5
6.05 – Centros de emagrecimento, <i>spa</i> e congêneres.	*	5
<b>7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.</b>		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3.000,00	5
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	600,00	5
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3.000,00	5
7.04 – Demolição.	600,00	5





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	600,00	5
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	600,00	5
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	600,00	5
7.08 – Calafetação.		5
7.09 – Variação, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	*	5
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	*	5
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.		5
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	*	5
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	600,00	5
7.14 – Saneamento ambiental, inclusive purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congêneres.	vetado	vetado
7.15 – Tratamento e purificação de água.	vetado	vetado
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	*	5
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	*	5
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	*	5
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3.000,00	5
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3.000,00	5
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	*	5
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	*	5
<b>8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.</b>		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	*	5
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2.000,00	5
<b>9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.</b>		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, <i>apart-service</i> condominiais, <i>flat</i> , <i>apart-hotéis</i> , hotéis residência, <i>residence-service</i> , <i>suite service</i> , hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	*	5
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	2.000,00	5
9.03 – Guias de turismo.	600,00	5
<b>10 – Serviços de intermediação e congêneres.</b>		





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	2.000,00	5
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	2.000,00	5
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	2.000,00	5
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ), de franquia ( <i>franchising</i> ) e de faturização ( <i>factoring</i> ).	2.000,00	5
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	2.000,00	5
10.06 – Agenciamento marítimo.	2.000,00	5
10.07 – Agenciamento de notícias.	*	5
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	2.000,00	5
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2.000,00	5
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	2.000,00	5
<b>11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.</b>		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	*	5
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	600,00	5
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	*	5
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	600,00	5
<b>12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.</b>		
12.01 – Espetáculos teatrais.	*	5
12.02 – Exibições cinematográficas.	*	5
12.03 – Espetáculos circenses.	*	5
12.04 – Programas de auditório.	*	5
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	*	5
12.06 – Boates, <i>taxi-dancing</i> e congêneres.	*	5
12.07 – <i>Shows, ballet</i> , danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	*	5
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	*	5
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	*	5
12.10 – Corridas e competições de animais.	*	5
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	*	5
12.12 – Execução de música.	600,00	5
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, <i>shows, ballet</i> , danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	1.000,00	5
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	*	5
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	*	5
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, <i>shows</i> , concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	*	5
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	1.000,00	5
<b>13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.</b>		





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

13.01 – Produção, gravação, edição, legendagem e distribuição de filmes, videotapes, discos, fitas cassete, compact disc, digital video disc e congêneres.	vetado	vetado
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	*	5
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	1.000,00	5
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	*	5
13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	*	5
<b>14 – Serviços relativos a bens de terceiros.</b>		
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	600,00	5
14.02 – Assistência Técnica.	*	5
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	*	5
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	*	5
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	600,00	5
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	600,00	5
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	600,00	5
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	600,00	5
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	600,00	5
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	600,00	5
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	600,00	5
14.12 – Funilaria e lanternagem.	600,00	5
14.13 – Carpintaria e serralheria.	600,00	5
<b>15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.</b>		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	*	5
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	*	5
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	*	5
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	*	5
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	*	5

*Wari*





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	*	5
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	*	5
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	*	5
15.09 – Arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ).	*	5
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	*	5
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	*	5
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	*	5
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	*	5
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	*	5
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	*	5
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	*	5
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	*	5

*W. J. J.*





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	*	5
<b>16 – Serviços de transporte de natureza municipal.</b>		
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.	*	5
<b>17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.</b>		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	2.000,00	5
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	600,00	5
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	2.000,00	5
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	*	5
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	600,00	5
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	2.000,00	5
17.07 – Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, por qualquer meio.	vetado	vetado
17.08 – Franquia ( <i>franchising</i> ).	*	5
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	2.000,00	5
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	2.000,00	5
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	2.000,00	5
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	2.000,00	5
17.13 – Leilão e congêneres.	2.000,00	5
17.14 – Advocacia.	2.000,00	5
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	2.000,00	5
17.16 – Auditoria.	2.000,00	5
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	2.000,00	5
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	2.000,00	5
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2.000,00	5
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	2.000,00	5
17.21 – Estatística.	2.000,00	5
17.22 – Cobrança em geral.	600,00	5
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização ( <i>factoring</i> ).	2.000,00	5
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	2.000,00	5
<b>18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.</b>		

*W. R.*





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	2.000,00	5
<b>19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.</b>		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	600,00	5
<b>20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.</b>		
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	*	5
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	*	5
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	*	5
<b>21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.</b>		
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	*	5
<b>22 – Serviços de exploração de rodovia.</b>		
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	*	5
<b>23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.</b>		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2.000,00	5
<b>24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.</b>		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	600,00	5
<b>25 - Serviços funerários.</b>		
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	*	5
25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	*	5
25.03 – Planos ou convênio funerários.	*	5
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	*	5
<b>26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.</b>		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	600,00	5

Wari



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

<b>27 – Serviços de assistência social.</b>		
27.01 – Serviços de assistência social.	2.000,00	5
<b>28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.</b>		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	2.000,00	5
<b>29 – Serviços de biblioteconomia.</b>		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	2.000,00	5
<b>30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.</b>		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	2.000,00	5
<b>31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.</b>		
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	2.000,00	5
<b>32 – Serviços de desenhos técnicos.</b>		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	2.000,00	5
<b>33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.</b>		
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	2.000,00	5
<b>34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.</b>		
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	2.000,00	5
<b>35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.</b>		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	2.000,00	5
<b>36 – Serviços de meteorologia.</b>		
36.01 – Serviços de meteorologia.	2.000,00	5
<b>37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.</b>		
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	600,00	5
<b>38 – Serviços de museologia.</b>		
38.01 – Serviços de museologia.	2.000,00	5
<b>39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.</b>		
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	600,00	5
<b>40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.</b>		
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	600,00	5

*Wax*